

Diagnóstico

1.A Prefeitura realizou audiências públicas para elaboração das peças orçamentárias de 2025?

Sim

1.1.Assinale para quais peças orçamentárias foram realizadas as audiências públicas:

LDO 2026 (1) | PPA inicial 2026-2029 (1) | LOA 2026 (1) .

1.2.Assinale o dia e horário de realização das audiências públicas:

Dia de semana em horário comercial (8 as 18 horas) .

1.3.As audiências públicas são transcritas em atas ou outro documento de registro das demandas/sugestões apresentadas pela participação popular?

Sim

1.3.1Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação das atas de audiências públicas:

<https://sts-gestao.s3.amazonaws.com/uploads/leis/f761e9080bc33298e6eb80809cc4bdae.pdf>

1.4.Assinale os elementos considerados no processo de planejamento e organização das audiências públicas:

Planejamento logístico. Ex.: localização do ambiente, acomodações adequadas aos participantes, regulação e testagem dos equipamentos eletrônicos (som, vídeo e iluminação), verificação dos equipamentos relacionados a transmissão das audiências etc. (1) | Elaboração e divulgação do Relatório contendo a análise das demandas e sugestões coletadas (1) | Estabelecimento da Pauta (0.5) .

2.Houve a realização de consulta pública online para coleta de sugestões para a elaboração do PPA 2026-2029

Não

3.Além das audiências públicas, a Prefeitura realizou diagnóstico anteriormente ao planejamento, através do levantamento formal de seus problemas, necessidades e deficiências?

Sim

3.1.A elaboração do diagnóstico levou em conta algum plano do governo federal e/ou estadual?

Não

3.2.Os programas do PPA 2026-2029 tiveram diagnóstico prévio?

Sim, para a maior parte dos programas do PPA

Execução do Planejamento - I

4.Há o estabelecimento de metas físicas e financeiras de forma anual nas ações previstas no PPA?

Não houve o estabelecimento de metas anuais

5.É realizado estudo/análise para previsão de receitas, no mínimo, anualmente?

Sim

5.1.Assinale os tipos de tributos e repasses/transferências avaliados na análise e estudo da previsão da receita:

Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano (IPTU) (0.5) | Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) (0.5) | Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) (0.5) .

5.2.Transferências Obrigatórias Recebidas do Estado. Ex.: ICMS, IPVA. foi um tipo de tributo e repasse/transferência avaliado na análise e estudo da previsão da receita?

Sim

5.2.1.A estimativa de transferências obrigatórias leva em consideração o cálculo de previsão de repasse do ICMS realizado periodicamente pela Fazenda Pública Estadual?

Sim, somente para elaborar a LOA

5.3.A metodologia utilizada para projeção da receita varia de acordo com a espécie da receita orçamentária projetada?

Sim

6.Assinale os itens que a LDO dispõe:

Crítérios para o Poder Executivo estabelecer a programação financeira mensal para todo o Município, nele incluído a Câmara (1) .

7.Houve alteração orçamentária decorrente de remanejamento, transposição ou transferência de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro por decreto?

Sim

7.1.Assinale a classificação funcional da despesa, objeto de alterações orçamentárias decorrentes de remanejamento, transposição e transferências realizadas por decreto:

17 - Saneamento (-5) | 10 - Saúde (-5) | Outras (-5) | 19 - Ciência e Tecnologia | 12 - Educação (-5) | 26 - Transporte (-5) .

8.O Anexo de Metas Fiscais integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), nos termos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal?

Sim

8.1. Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação do Anexo de Metas Fiscais:

<https://sts-gestao.s3.amazonaws.com/uploads/leis/dda84131b09b95d417f64b3f7fac4b5d.pdf>

8.2. Assinale os demonstrativos contidos no Anexo de Metas Fiscais:

Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos três exercícios anteriores (0.7) .

9.O Anexo de Riscos Fiscais integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), nos termos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal?

Sim

9.1. Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação do Anexo de Riscos Fiscais:

<https://sts-gestao.s3.amazonaws.com/uploads/leis/dda84131b09b95d417f64b3f7fac4b5d.pdf>

9.2. Assinale as etapas para gerenciamento dos riscos contidas Anexo de Riscos Fiscais:

Monitoramento contínuo da exposição ao longo do tempo, preferencialmente através de sistemas institucionalizados (Controle Interno) (1) .

10. Assinale os itens capazes de atestar a compatibilidade entre a LOA, PPA e LDO:

As receitas e despesas da LOA são compatíveis com o Resultado Primário da LDO, incluindo, no máximo, a variação da inflação do interregno temporal dos referidos projetos de lei (2) | O Resultado Nominal constante da LDO consta da LOA, com variação de no máximo a variação da inflação do interregno temporal dos referidos projetos de lei (2) | A estimativa de renúncia fiscal prevista na LDO coincide com o estimado na LOA com variação limitada à variação da inflação (2) | A estimativa de receita e respectivos critérios presentes na LOA são compatíveis com os previstos na LDO em relação à receita de IPTU (2) .

11. Na Lei Orçamentária Anual (LOA), há previsão para abertura de créditos adicionais por decreto?

Sim

11.1. Qual o percentual autorizado na Lei Orçamentária Anual (LOA) para abertura de crédito adicional suplementar?

25,0000

Estrutura

12. Há estrutura administrativa voltada para planejamento?

Sim

12.1. A prefeitura dispõe de recursos humanos para operacionalização das atividades de planejamento?

Não

Controle e Avaliação

13. Há acompanhamento da execução do planejamento?

Sim

13.1. A prefeitura demonstra e avalia, com periodicidade quadrimestral, o cumprimento das metas fiscais em audiências públicas?

Sim .

13.1.1. Detalhe sobre a realização de audiências públicas:

Não realizou audiência pública quadrimestral dentro do prazo .

13.1.2. Foram elaborados os Relatórios Quadrimestrais das metas fiscais para as audiências públicas?

Não elaborou relatório de nenhuma audiência pública quadrimestral

13.2. Houve acompanhamento periódico da execução orçamentária com participação do Prefeito?

Sim

13.3. O acompanhamento e avaliação da execução orçamentária serve de retroalimentação para o replanejamento dos programas e metas das peças orçamentárias?

Sim, com emissão de relatórios e ciência do prefeito

14. Houve a instituição e regulamentação das operações do Sistema de Controle Interno?

Sim

14.1. Página eletrônica (link na internet) de divulgação do instrumento de regulamentação do sistema de controle interno:

<https://sts-appm.s3.amazonaws.com/uploads/leis/3cc0985d303e0006b012dc0355447b6a.pdf>

14.2. O Sistema de Controle Interno no Município possui atribuições formalmente definidas e regulamentadas, que atendam às determinações da Constituição Federal e Lei de Responsabilidade Fiscal?

Sim

14.2.1. Assinale as funções constitucionais e legais atribuídas ao sistema controle interno:

Avaliar o cumprimento das metas físicas e financeiras dos planos orçamentários, bem como a eficiência de seus

resultados (1) | Comprovar a legalidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial (1) | Comprovar a legalidade dos repasses a entidades do terceiro setor, avaliando a eficácia e a eficiência dos resultados alcançados (1) | Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município (1) | Atestar a regularidade da tomada de contas dos ordenadores de despesa, recebedores, tesoureiros, pagadores ou assemelhados (1) | Comprovar a eficácia e a eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial (1) | Acompanhar as metas de superávit orçamentário, primário e nominal (1) | Observar se as operações de créditos sujeitam-se aos limites e condições das Resoluções 40 e 43/2001, do Senado (1) | Verificar se os empréstimos e financiamentos vêm sendo pagos tal qual previsto nos respectivos contratos (1) | Verificar se está sendo providenciada a recondução da despesa de pessoal e da dívida consolidada a seus limites fiscais (1) | Comprovar se os recursos da alienação de ativos estão sendo despendidos em gastos de capital e, não, em despesas correntes (1) | Constatar se está sendo satisfeito o limite para gastos totais das Câmaras Municipais (1) | Verificar a fidelidade funcional dos responsáveis por bens e valores públicos (1) .

14.3.A prefeitura dispõe de recursos humanos para operacionalização das atividades do sistema de controle interno?

Sim

14.3.1.O responsável pela Unidade Central de Controle Interno (UCCI) ocupa cargo efetivo na Administração Municipal?

Sim

14.3.2.O quadro funcional do Sistema de Controle Interno recebe treinamento específico para execução das atividades inerentes ao cargo?

Sim

14.3.3.Na Prefeitura existe formalização da segregação de funções financeiras e de controle?

Sim

14.3.4.A Unidade Central de Controle Interno (UCCI) possui autonomia e independência para o exercício de suas funções?

Sim

14.3.4.1.A estrutura organizacional da Unidade Central de Controle Interno (UCCI) está associada ou subordinada a qual secretaria/diretoria?

Planejamento/Orçamento/Gestão

14.3.4.2.A Unidade Central de Controle Interno (UCCI) procedeu com alguma comunicação de irregularidade ou ilegalidade em 2025?

Não houve irregularidades nem ilegalidades

14.3.5.O responsável pela Unidade Central de Controle Interno (UCCI) apresentou relatórios periódicos que demonstram efetivo exercício de suas atribuições?

Sim

14.3.5.1.Com base no relatório do Controle Interno, o Prefeito determinou as providências cabíveis diante das irregularidades e ilegalidades apontadas?

Não foram relatadas irregularidades

14.4.Houve a elaboração de Plano Operativo Anual?

Sim

14.4.1.Assinale as atividades previstas no Plano Operativo Anual:

Cumprimento das metas do PPA e a execução dos programas de governo e dos orçamentos (LOA e LDO) .

15.Houve a criação da ouvidoria pública no âmbito do Poder Executivo Municipal?

Sim

15.1Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação do instrumento normativo de criação da Ouvidoria Pública:

<https://transparencia.simo.es.pi.gov.br/simo.es/servicosonline/ouvidoria>

15.2.Assinale as características que a ouvidoria dispõe para a execução de suas atribuições:

Independência (-0.5) | Isenção (-0.5) | Acessibilidade (-0.5) | Transparência (-0.5) | Confidencialidade (-0.5) .

15.3.A ouvidoria elaborou Relatório de Gestão do exercício de 2025 contendo a consolidação das manifestações encaminhadas pelos usuários de serviços públicos, e com base nelas, apontou falhas e sugeriu melhorias em sua prestação?

Não

15.4.Assinale as iniciativas de divulgação e mobilização social das ouvidorias:

Link da página eletrônica da ouvidoria no sítio da Prefeitura Municipal .

16.A prefeitura elaborou a "Carta de Serviço ao Usuário", que trata dos serviços prestados pelos seus órgãos e entidades, as formas de acesso a esses serviços e seus compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público, conforme artigo 7º, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 13.460/2017?

Não

17.A prefeitura regulamentou e instituiu o Conselho de Usuários, nos termos definidos nos artigos 18 a 21 da Lei Federal nº 13.460/2017?

Não

18.O município elaborou Plano Diretor conforme Lei nº 10.257/01?

Não

Controle e Avaliação

19.O planejamento da prefeitura, para o ano de 2025 foi estruturado através de programas, indicadores, metas e ações

Sim

19.1.Há duas formas de informar os dados relativos a programas e ações. Escolha uma das opções abaixo:

Importação de arquivos formato ".csv" para programas e ações

19.1.2.Informe o arquivo de programas conforme layout estabelecido

19.1.3.Informe o arquivo de ações conforme layout estabelecido

20.Informe o valor total da dotação inicial autorizada pela Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ano de 2025:

155 287 629,2300

21.Informe o valor total da dotação atualizada em 31/12/2025:

155 287 629,2300

22.Pontualidade na Entrega dos Documentos relativos às Peças de Planejamento

Planejamento entregue no prazo

Gestão de Pessoas

23.A Prefeitura Municipal realiza controle de jornada de seus servidores?

Sim

23.1.Indique a forma utilizada pelo Poder Executivo para o controle da jornada:

Eletrônico, com biometria

23.2.Informe a abrangência do controle de jornada adotado pelos órgãos e entidades do Poder Executivo:

Parcial (para uma parcela dos servidores)

23.3.A categoria de servidor - Profissionais da educação - está sujeita ao controle de jornada (desconsiderar agentes políticos)?

Sim

23.3.1.Justificativa:

O controle dos servidores da educação engloba tanto efetivos como comissionados e contratados e é feita de forma manual.

23.4.A categoria de servidor - Profissionais da saúde - está sujeita ao controle de jornada (desconsiderar agentes políticos)?

Sim

23.4.1.Justificativa:

O controle de jornada é dos servidores da saúde engloba tanto efetivos como comissionados e contratados e é feita de forma eletrônica.

23.5.A categoria de servidor - Servidores que desempenham cargo ou função de confiança - está sujeita ao controle de jornada (desconsiderar agentes políticos)?

Não

23.6.A categoria de servidor - Servidores de atividade externa - está sujeita ao controle de jornada (desconsiderar agentes políticos)?

Não

23.7.A categoria de servidor - Servidores optantes por teletrabalho, na forma de regulamento próprio - está sujeita ao controle de jornada (desconsiderar agentes políticos)?

Não

Comentários

24.Gostaria de registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário?

Não

Identificação do Respondente

25.Nome Completo

JOSÉ WILSON DE CARVALHO

26.Cargo

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

27.E-mail

administracao.municipio@simoes.pi.gov.br

28.CPF

361.899.953-49